

PREFÁCIO

Cultura é um conceito estruturante em antropologia, ao mesmo tempo em que sempre foi foco de reflexões na disciplina. Ainda na década de 1950, Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn identificaram por volta de 150 definições do termo, cientes da dificuldade de alcançar algum consenso, ainda que soubessem da importância de sua normatização. As discussões sobre patrimônio cultural, tais como tratadas nesta coletânea, remontam a algumas das mesmas tensões reflexivas da história. Afinal, antropólogos que tratam do tema do patrimônio há muito assinalaram o caráter vital da cultura, bem como sabem que têm que lidar com a dinâmica negociada entre as práticas dos sujeitos e os desafios de seu estudo sistemático.

A tendência à normatização da noção de cultura que se torna patrimônio, com os efeitos que tal chancela acarreta na vida dos sujeitos que a vivem, entretanto, se desfaz quando refletimos não apenas sobre as definições que antecedem a promulgação que torna algo patrimônio, mas também sobre o que acontece durante e depois deste processo. Dessa forma, é fundamental apostar no estudo etnográfico e situado não apenas do que antecede a promulgação que torna algo patrimônio, mas também sobre o que acontece durante e depois deste processo.

A coletânea organizada por Sara Morais reúne textos imprescindíveis sobre patrimônio em África que foram publicados em diversos meios, a maioria traduzidos agora. A organizadora tem experiência no assunto: como antropóloga, estudou processos de patrimonialização na África Austral, mas também atuou por anos no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Ao tornar acessível esse debate

para o público de língua portuguesa, ela chama atenção para a importância deste conjunto de pesquisas para os estudos sobre patrimônio, mostrando que a reflexão etnográfica comparada evidencia desafios fundamentais de teoria antropológica. Os seis autores aqui reunidos trabalham em contextos africanos distintos, mas tratam de questões convergentes sobre os processos de patrimonialização que envolvem sujeitos e instituições científicas.

Esse é o caso do artigo de Wilson Trajano, a partir de suas pesquisas sobre duas associações de ajuda mútua: as *tabancas* em Cabo Verde e as *manjuandadis* na Guiné-Bissau. O autor propõe uma análise sobre a redução semântica de instituições de sociabilidade que são tomadas como ícones de cultura de massa, em que a UNESCO tem especial influência na patrimonialização e constituição da noção de autenticidade. Já Charlotte Joy analisa os conflitos resultantes entre as imposições da UNESCO para o reconhecimento de Djenné, no Mali, como patrimônio arquitetônico e as soluções pragmáticas de jovens rapazes para o restauro das casas de barro da cidade. A situação evidencia as tensões entre políticas de salvaguarda calcadas em uma imagem do passado, a importância atual do turismo e as aspirações para uma modernidade globalizada.

Ferdinand De Jong reflete sobre a questão da mercantilização resultante da promulgação da cerimônia da máscara *kankurang* e os ritos de iniciação mandingas no Senegal e na Gâmbia como Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial pela UNESCO. Entre a necessidade do segredo, associado ao *kankurang*, e a espetacularização do patrimônio, na relação com o Estado, De Jong discute as estratégias de negociação que remetem ao período colonial. A complexidade das articulações sobre

memória e “tradição” é tema de análise de David Berliner, que se debruçou sobre os conflitos etários e de gênero relacionados à transmissão cultural e da religião entre os Bulongic na Guiné-Conacri. Segundo o autor, silêncio e esquecimento acionam uma história pré-islâmica que incide nas estratégias contemporâneas contra feitiçaria.

A partir de uma pesquisa entre os Tumbuka, no Malawi, Lisa Gilman também busca entender o papel da UNESCO na patrimonialização do Vimbuza, dança associada a um ritual de cura. A autora chama atenção para um elemento importante na inscrição de uma prática cultural como patrimônio imaterial: a larga documentação existente, possível pelo interesse médico e religioso no fenômeno, conecta o passado colonial e os desafios políticos atuais. Por sua vez, a partir do contexto camaronês, Germain Loumpet pondera sobre as formas de resistência ao sistema colonial em África a partir de uma reflexão sobre os sentidos de patrimônio. O autor analisa os projetos políticos de gestão da memória que tornam a ideia de tradição uma opção de ação em situações de fragilidade estatal.

As análises reunidas nesta coletânea permitem pensar sobre as soluções criativas dos sujeitos que vivem o patrimônio cultural, mas também sobre os constrangimentos que remetem ao passado colonial. Essas são preocupações atuais em antropologia, que jogam luz ao lugar das lutas de reconhecimento cultural em situações de desigualdade.

Campinas, fevereiro de 2026.

Christiano Key Tambascia

Departamento de Antropologia

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)